



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2004

Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que “dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências”, para estender o sistema de segurança dos estabelecimentos financeiros aos caixas eletrônicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, com a redação dada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, passa a vigorar acrescido de § 2º com a seguinte redação, renumerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 1º
§ 1º.....
§ 2º O sistema de segurança definido no **caput** deste artigo deve ser estendido aos caixas eletrônicos. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Decorridas duas décadas de vigência da Lei nº 7.102, de 1983, que disciplina a segurança para estabelecimentos financeiros, é mister adequá-la à presente conjuntura social. Com o crescimento desenfreado da violência urbana ao longo desses últimos anos, torna-se indispensável fornecer mais segurança aos usuários dos caixas eletrônicos. O

aprimoramento desse diploma legal constitui o objetivo deste projeto de lei, que consiste em propor o acréscimo de um parágrafo ao art. 1º da referida lei, com vistas a estender o sistema de segurança dos estabelecimentos financeiros aos caixas eletrônicos.

Ademais, ressalte-se que a partir dos conceitos de consumidor, fornecedor e serviço, insculpidos nos arts. 2º e 3º, **caput** e § 2º, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – CDC, inferimos que a prestação de serviço bancário implica relação de consumo e que as instituições financeiras se enquadram como fornecedores e os clientes como consumidores. E, considerando que o caixa eletrônico é uma extensão dos serviços bancários, concluímos que se trata, também, de matéria concernente à defesa do consumidor.

Observe-se que o art. 14 do CDC estabelece, **in verbis**:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação de serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e *riscos*.

§ 1º O serviço é *defeituoso* quando *não* fornece a *segurança* que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I – o *modo de seu fornecimento*;

II – o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;